

ATA NÚMERO 46/XII/1ª SL

14.março.2012 – 11h00

Aos 14 dias do mês de março de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

4. Proposta de Lei n.º 46/XII/1ª, Governo - Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Autor do Parecer:** Carlos Enes - PS

5. Projeto de Lei n.º 180/XII/1ª, do PCP – Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputada Autora do Parecer -** Nilza de Sena - PSD

6. Projeto de Lei n.º 185/XII/1ª, do PCP - Atualização extraordinária das bolsas de investigação Altera a Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação)

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputada Autora do Parecer -** Nilza de Sena – PSD

7. Projeto de Resolução n.º 239/XII/1ª do PCP - Recomenda ao Governo a integração na Carreira de Investigador do pessoal que exerce funções de investigador, constante dos mapas de pessoal dos Laboratórios do Estado e outras instituições públicas que possuam o grau de Doutor.

- **Discussão em Comissão**

8. Petição n.º 102/XII/1ª, da iniciativa de Paulo Manuel Marques da Silva – *Movimento “pela Defesa da Escola de Parada”* - Contra o encerramento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo da freguesia de Parada do Bouro

- **Apreciação da nota de admissibilidade**

9. Requerimento do PS que requer a audição do Presidente da Parque Escolar, EPE, para prestar esclarecimentos sobre os valores investidos no programa e sobre a programação futura das intervenções da Parque Escolar na requalificação das escolas secundárias.

- **Apreciação e votação**

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 20.março.2012

Dia 21.março.2012 – 09h30 – Conferência sobre “Educação Especial” – Sala do Senado

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião de 06 de março foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Projetos de Lei

O Presidente informou que baixaram à Comissão, em 6 de março, os Projetos de Lei referidos abaixo:

[PJL 188/XII, do BE](#), *Proíbe a exibição de espetáculos tauromáquicos na televisão pública e altera a lei da televisão, designando estes espetáculos como suscetíveis de influírem negativamente na formação da personalidade de crianças e adolescentes;*

[PJL 189/XII, do BE](#), *Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais.*

As iniciativas baixaram à 8.^a, à 1.^a e à 12.^a Comissão, sendo esta a competente e verificando-se que tratam de matéria conexa foi deliberado distribuí-las ambas ao mesmo Grupo Parlamentar, no caso o PS, devendo o contributo da CECC ser remetido àquela Comissão até 27 de março, pelo que será apreciado na reunião da Comissão desse dia.

3.2. Baixa à CECC de Projetos de Resolução

Foi também prestada informação sobre a baixa à Comissão, na mesma data, dos seguintes Projetos de Resolução:

[Projeto de Resolução n.º 245/XII, CDS-PP](#), *Recomenda ao Governo que estabeleça as condições para a criação de um "Contrato de Transparência" no acesso ao Ensino Superior;*

[Projeto de Resolução n.º 247/XII, do PS](#), *Recomenda ao Governo que pondere a criação de instrumentos que garantam o acesso ao pequeno-almoço aos alunos mais carenciados do ensino obrigatório.*

Os deputados dos respetivos Grupos Parlamentares solicitaram que a discussão dos mesmos seja feita no Plenário.

3.3. Pedido da Associação IUNA

A Associação IUNA foi recebida em audiência no dia 8 de março, pelos deputados Rita Rato e Paulo Cavaleiro e apresenta uma proposta de parceria na organização do Festival Jovem da Lusofonia, a decorrer em junho em Aveiro, concretizando “as linhas de orientação definidas”, indicando a cooperação institucional solicitada à Assembleia da República e a co-organização que solicitam à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

- I. Em relação ao que se destina à CECC, solicitam a seguinte participação ativa no Encontro de Líderes Juvenis:
 1. “Participação de um alto-representante da Comissão para que possa apoiar as sessões ordinárias para que motive o debate dos jovens e associações juvenis presentes”;
 2. “Apoio logístico na preparação das mesas e nos temas a debate. Propomos que a vossa comissão use o conhecimento parlamentar de análise dos temas de interesse a sociedade e que conduza os jovens presentes a debruçar-se sobre os temas apresentados a promoção do papel da Juventude”;

Em relação ao apoio financeiro, a Associação já foi informada de que o Parlamento não o pode conceder, conforme consta no despacho do Gabinete da Presidente Assembleia da República. Conforme acordado na audiência foi remetida à Associação a lista dos contactos dos Grupos Parlamentares e dos deputados representantes da AR na CPLP.

- II. A Associação solicita a celebração de um Protocolo de colaboração e que lhe sejam remetidos os logos da AR para colocação nos meios de comunicação e divulgação.
- III. Solicitam ainda a seguinte cooperação institucional à Assembleia:
 1. “Apoio institucional à concretização de toda a programação do evento;
 2. Convite a S. Exa. Dr.^a Maria da Assunção Esteves a presidir a Sessão de abertura / Encerramento do Congresso Internacional de Línguas e Povos de Língua Portuguesa
 3. Motivar o acompanhamento dos meios de comunicação ao evento;
 4. Apoiar a promoção da Campanha Solidária, fazendo a divulgação junto dos meios comunicação e dando o exemplo contribuindo com uma parcela de produto cultural (livros, etc), realçando que pretendem arrecadar globalmente 1 tonelada”.

O Presidente da Comissão pediu aos deputados que estiveram na audiência que se pronunciassem sobre a credibilidade da entidade e das atividades a desenvolver e sobre o envolvimento que a Comissão deve recomendar à Presidente da Assembleia.

A deputada Rita Rato (PCP) referiu a importância do evento na área da juventude e a credibilidade da entidade, mas evidenciou a dificuldade de garantir o apoio logístico solicitado e o precedente que isso pode constituir e questionou a utilização do logo da Assembleia, salientando que os Grupos Parlamentares é que podem ter as intervenções que entenderem.

O deputado Paulo Cavaleiro (PSD) propôs-se avaliar o assunto em maior pormenor no terreno e dar indicações à Comissão na reunião do dia 20, pelo que foi consensualizado adiar para esse dia a posição definitiva a adotar

3.4. Café de Ciência

O Presidente da Comissão informou que o Café de Ciência, que estava marcado para 11 de abril, passa para o dia 18 de abril, após o Plenário (data acordada com a Ciência Viva) sendo que entretanto foi marcado para o dia 11 o lançamento dum livro do deputado João Lobo. Já há acordo da Ciência Viva.

O Café será realizado no Refeitório dos Monges.

3.5. Proposta de comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios -18 de Abril.

Foi distribuída a proposta de comemoração, que inclui um *Debate/análise da Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001), após 10 anos de vigência*, eventualmente com intervenções de representantes dos serviços da Assembleia e um recital de canto gregoriano.

Em alternativa e dado que no dia 18 de Abril vai realizar-se o Café de Ciência, equacionava-se a realização deste evento em maio, sendo que no dia 18 (6ª feira) é o Dia Internacional dos Museus, este ano com o tema “Museus e a intervenção na sociedade”.

O assunto ficou para ponderação.

3.6. Baixa reiterada de iniciativas legislativas a mais do que uma comissão parlamentar, para emissão de parecer

O Presidente informou que foi transmitida na Conferência de Presidentes a preocupação com a distribuição das iniciativas a mais de uma Comissão e nessa sequência a PAR concluiu que doravante passaria a distribuir apenas à Comissão competente, ficando a proposta de transversalidade a cargo das comissões, mediante proposta nesse sentido que lhe deviam apresentar.

4. Proposta de Lei n.º 46/XII/1ª, Governo - Proceda à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Foi deliberado adiar este ponto para a próxima reunião, na sequência da solicitação da deputada Odete João (PS), que informou que o deputado Carlos Enes, autor do Parecer, não podia estar presente, por ter estado na véspera numa sessão do Parlamento dos Jovens nos Açores e ainda estar em trânsito para Lisboa.

5. Projeto de Lei n.º 180/XII/1ª, do PCP – Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação

A iniciativa foi apresentada pela deputada Rita Rato (PCP), em simultâneo com o Projeto de Lei n.º 185/XII, Atualização extraordinária das bolsas de investigação.

A deputada referiu, em síntese, a importância da alteração do estatuto do bolseiro de investigação, sendo que o regime em vigor confere uma grande precaridade. Assim sendo, salientou que o Projeto de Lei visa garantir um estatuto de natureza jurídico-laboral, com direito à segurança social, atentas as recomendações da Carta Europeia do Investigador.

Em relação ao Projeto de Lei n.º 185/XII, realçou que as bolsas não são atualizadas desde 2002, prevendo-se a atualização imediata de 10% nas de valor inferior a 1.000€ e de 5% nas de montante superior a 1.000€, bem como a introdução de uma norma de atualização anual em percentagem mínima igual à aplicada para os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública.

Interveio a deputada Elza Pais (PS) que se manifestou a favor da separação entre a situação do pessoal de investigação em formação e os investigadores de carreira. Referiu ainda que em 2008 foi divulgado um estudo a nível europeu, de que resultava que o valor das bolsas em Portugal era superior à média europeia.

A deputada Ana Drago (BE) informou ainda que o BE também tem iniciativas sobre estas matérias, que apresentará proximamente, sugerindo uma apreciação conjunta, tendo-se deliberado que essa questão será apreciada aquando da baixa das iniciativas à CECC.

O Presidente da Comissão lembrou que a deputada Nilza de Sena (PSD) é a autora dos pareceres sobre estes Projetos de Lei e a apresentação dos mesmos terá lugar na reunião de 20 de março.

6. Projeto de Lei n.º 185/XII/1ª, do PCP - Atualização extraordinária das bolsas de investigação - Altera a Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação)

O Projeto de Lei foi apresentado e debatido em simultâneo com o Projeto de Lei n.º 180/XII, Estatuto do pessoal de investigação científica em formação.

7. Projeto de Resolução n.º 239/XII/1ª do PCP - Recomenda ao Governo a integração na Carreira de Investigador do pessoal que exerce funções de investigador, constante dos mapas de pessoal dos Laboratórios do Estado e outras instituições públicas que possuam o grau de Doutor.

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), intervieram no debate os deputados Michael Seufert (CDS-PP), Nilza de Sena (PSD) e Elza Pais (PCP) e respondeu às questões a deputada Rita Rato (PCP).

Anexa-se a informação correspondente ao debate, que seguiu para votação do Projeto de Resolução no Plenário.

8. Petição n.º 102/XII/1ª, da iniciativa de Paulo Manuel Marques da Silva – Movimento “pela Defesa da Escola de Parada” - Contra o encerramento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo da freguesia de Parada do Bouro

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, a petição foi admitida, por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

9. Requerimento do PS que requer a audição do Presidente da Parque Escolar, EPE, para prestar esclarecimentos sobre os valores investidos no programa e sobre a programação futura das intervenções da Parque Escolar na requalificação das escolas secundárias.

O requerimento foi apresentado pelo deputado Rui Santos (PS), que referiu que as afirmações do Ministro da Educação, Ciência e Cultura aquando da audição regimental suscitaram dúvidas quanto ao valor das obras executadas pela Parque Escolar, EPE, e procedimentos adotados, pelo que vêm requerer a audição do respetivo Presidente.

O deputado Emídio Guerreiro (PSD) pediu concretização sobre se é pretendida a audição do anterior Presidente da Parque Escolar ou do novo e face à indicação do deputado Rui Santos de que requerem a audição do anterior Presidente, engenheiro João Sintra Nunes, informou que o PSD concorda com a mesma.

Intervieram ainda os deputados Rita Rato (PCP), Michael Seufert (CDS-PP) e Ana Drago (BE) que se pronunciaram a favor da audição.

Tendo-se suscitado dúvidas sobre se o Ministro tinha indicado ou não a percentagem do acréscimo do valor efetivamente gasto nas obras em contrapartida ao valor previsto, foi deliberado transcrever as suas afirmações na referida audição.

O requerimento foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

O Presidente da Comissão informou que vai ser contactado o ex-Presidente da Parque Escolar, prevendo-se que atenta a agenda das próximas reuniões da Comissão, a audição possa ser agendada para o início de Abril.

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 27.março.2012

Dia 21.março.2012 – 09h30 – Conferência sobre “Educação Especial” – Sala do Senado

Dia 22.março.2012 – 14h00 – Audição peticionário (por videoconferência) - Petição 93/XII, Uniformização regime de docentes entre Madeira e continente – Relator: Deputado Jacinto Serrão (PS)

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de março 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião de 20 de março de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Elza Pais
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Conceição Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Heloísa Apolónia



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informação

[Projeto de Resolução n.º 239/XII \(1ª\)](#) – (GP/PCP)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 14/03/2012

Recomenda ao Governo a integração na carreira de Investigador do pessoal que exerce funções de investigador, constante dos mapas de pessoal dos Laboratórios do Estado e outras instituições públicas, que possuam o grau de Doutor.

1. Onze Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 239/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 29 de fevereiro de 2012, tendo sido admitida no dia 1 de março, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projeto de Resolução foi objeto de discussão na Comissão, na reunião de 14 de março de 2012.
4. A apresentação da iniciativa foi feita pelo Deputado Miguel Tiago (PCP), que referiu que a integração na carreira de investigador, do pessoal que exerce essas funções, se reveste de urgência, salientando que não obstante o Governo esteja a desenvolver algumas diligências nesse sentido, nomeadamente abrindo concursos, este Projeto de Lei mantém a sua importância, devendo haver uma aplicação integral e assegurarem-se as verbas necessárias nos orçamentos das respetivas entidades.
5. O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o CDS-PP apresentou na anterior legislatura um Projeto de Resolução sobre a mesma matéria, realçando, no entanto, que o Governo já informou que está a tratar da questão e a Secretaria de Estado da Ciência já enviou um ofício a todos os Laboratórios do Estado nesse sentido.
6. A Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que acompanha a posição transmitida pelo deputado do CDS-PP, realçando que o Governo já começou a tratar da resolução da situação e informando que nos contactos com a Secretaria de Estado da Ciência se concluiu que existe uma impossibilidade legal de integração na carreira. Mencionou ainda as dificuldades legais e orçamentais para a resolução da matéria que se têm verificado ao longo do tempo e o facto da reestruturação de algumas entidades ter inviabilizado a solução. Concluiu realçando que o Governo está a desenvolver todas as diligências necessárias.
7. A Deputada Elza Pais (PS) referiu as dificuldades de reclassificação na anterior legislatura, mencionou o facto de anteriormente terem sido abertos concursos para cerca de 1.500 investigadores e manifestou-se no sentido de a integração e os contratos serem vistos em simultâneo.
8. Por último, a Deputada Rita Rato (PCP) realçou a importância de se reconhecer o direito destes técnicos passarem para a carreira de investigador e a necessidade de se dar execução ao mesmo.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

9. Realizada a discussão, cuja gravação áudio será disponibilizada no processo do Projeto de Resolução, na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projeto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 14 de março de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)